



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Exma. Senhora
Presidente da Comissão Parlamentar
de Assuntos Europeus
Dr. Regina Bastos

Of. n.º 08/ CNECP/2016

15-jan-2016

**ASSUNTO: Relatório e Parecer “Programa de Trabalho da Comissão para 2016”
COM (2015) 610**

Junto remeto a V. Exa. o Relatório e Parecer sobre o **“Programa de Trabalho da Comissão para 2016 ”** COM(2015)610, aprovado em reunião de 12 de janeiro de 2016 , com os votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP, abstenção do BE, registando-se a ausência do PCP.

Com a expressão dos meus melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão

(Sérgio Sousa Pinto)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Relatório da Comissão de Negócios
Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
COM (2015) 610

Relator: Deputado
Jorge Moreira da Silva

Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016
Não é o momento de continuarmos como dantes

ÍNDICE

PARTE I – NOTA INTRODUTÓRIA

PARTE II – CONSIDERANDOS

PARTE III – OPINIÃO DO DEPUTADO RELATOR

PARTE IV – CONCLUSÕES

PARTE I – NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, a iniciativa Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016 - Não é o momento de continuarmos como dantes [COM(2015)610] foi enviado à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, em 18 de novembro de 2015, atento o seu objeto, para efeitos de análise e elaboração do presente relatório.

Esta Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões foi acompanhada dos seguintes documentos constantes dos anexos I a VI:

- Anexo I: Novas iniciativas
- Anexo II: Iniciativas abrangidas pelo programa REFIT
- Anexo III: Propostas pendentes prioritárias
- Anexo IV: Lista das propostas retiradas ou das alterações de propostas pendentes
- Anexo V: Lista das revogações previstas
- Anexo VI: Legislação que se torna aplicável em 2016

PARTE II – CONSIDERANDOS

1. Em geral

A iniciativa Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016 – Não é o momento de continuarmos como dantes [COM(2015)610] pretende ser a continuação do processo iniciado em 2015 em que e tal como expresso neste documento a Comissão entrou numa nova era e com base nas orientações políticas, definiu as suas prioridades e comprometeu-se a concentrar-se nas grandes questões, em que os cidadãos esperam que a Europa faça a diferença. A Comissão Europeia decidiu mudar o modo como trabalha, mostrar abertura e ser responsável pelas suas ações.

Dessa forma, convidou o Parlamento Europeu e o Conselho para trabalhar consigo com vista a efetivar esta mudança, dado que a obtenção de resultados em conjunto nas questões realmente importantes é a única forma de recuperar a confiança dos europeus no facto de que a nossa União existe para os servir.

Desde o ano passado que a Comissão, tal como expresso na Iniciativa que aqui se analisa, definiu a nossa visão e as medidas concretas que devem ser tomadas a nível do Plano de Investimento, do Mercado Único Digital, da União da Energia, da Agenda Europeia para a Segurança, da Agenda Europeia da Migração, da União dos Mercados de Capitais, do Plano de ação para uma tributação justa e eficaz das sociedades, da nova estratégia comercial e das suas propostas mais recentes para aprofundar e reforçar a nossa União Económica e Monetária.

Considera a Comissão que as dez prioridades definidas no «Programa para o emprego, o crescimento, a equidade e a mudança democrática» - que são a declaração de missão da Comissão Juncker e estiveram na base da sua nomeação - têm como objetivo dar resposta a estes desafios. Os acontecimentos dos últimos anos - desde a retoma mais lenta do que o previsto das nossas economias e a necessidade de

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

restabelecer a estabilidade da economia grega, passando pela pressão migratória nas nossas fronteiras externas e a insegurança na nossa vizinhança que a está alimentar, até aos ataques terroristas do Charlie Hebdo e outros ocorridos em solo europeu - só vieram reforçar a sua determinação para estar atenta a estas prioridades, fazer coisas diferentes e fazê-las de forma diferente.

Assim e seguindo o lema de “fazer as coisas de forma diferente”, a Comissão apresenta as seguintes prioridades para 2015:

1. Um novo impulso para o emprego, o crescimento e o investimento
2. Um mercado único digital conectado
3. Uma União da Energia resiliente, dotada de uma política visionária em matéria de alterações climáticas
4. Um mercado interno mais aprofundado e equitativo, dotado de uma base industrial reforçada
5. Uma União Económica e Monetária mais aprofundada e mais equitativa
6. Um acordo de comércio livre razoável e equilibrado com os EUA
7. Um espaço de justiça e de direitos fundamentais baseado na confiança mútua
8. Rumo a uma nova política migratória
9. Uma Europa mais forte na cena internacional
10. A União da mudança democrática

No âmbito da sua competência de acompanhar a política externa portuguesa, Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, entende ser relevante analisar as prioridades 1,3, 6, 8 e 9.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A Comissão afirma a importância de começar já a trabalhar para assegurar a sustentabilidade futura da Europa. Nesse sentido irá apresentar uma nova abordagem para garantir o crescimento e a sustentabilidade económica, social e ambiental para além de 2020, tendo em conta a revisão da Estratégia Europa 2020, bem como a realização, a nível interno e externo, dos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas.

Sendo a UE protagonista das negociações de Paris sobre o clima, a aplicação do pacote relativo ao clima e à energia para 2030 é uma prioridade fundamental do próximo ano, para assegurar que as respetivas metas são devidamente atingidas. Em 2016, a Comissão vai apresentar uma proposta relativa à partilha de esforços em setores não abrangidos pelo regime de comércio de licenças de emissão (RCLE), tais como os edifícios, a agricultura e a descarbonização do setor dos transportes.

A Comissão irá promover a utilização de sistemas de portagens rodoviárias não discriminatórios, com base nos princípios do poluidor-pagador e do utilizador-pagador, e envidar esforços no sentido de criar um espaço único europeu dos transportes, que permita uma utilização mais eficaz da infraestrutura rodoviária existente e uma utilização mais flexível da capacidade da frota. Para acelerar a transição energética, a Comissão vai igualmente propor iniciativas sobre uma nova configuração do mercado da energia, como alcançar o objetivo de 15 % de interligação das redes de eletricidade até 2030, a segurança do fornecimento de energia, as fontes de energia renováveis e a eficiência energética. Por último, será elaborada uma estratégia integrada para a investigação, a inovação e a competitividade na União da Energia, a fim de explorar o potencial de emprego e de crescimento da economia hipocarbónica.

O objectivo fundamental da estratégia da União para a Energia será então o de assegurar o aprovisionamento energético da Europa e reduzir a dependência das importações.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

O Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) com os Estados Unidos continua a ser uma prioridade em 2016. A Comissão está empenhada em negociar um acordo justo e equilibrado com os EUA, com uma nova abordagem sobre a proteção do investimento. Ao mesmo tempo, tenciona intensificar a cooperação com a região da Ásia-Pacífico através, por exemplo, das negociações do acordo de comércio livre UE-Japão e de um acordo de investimento UE-China, solicitando autorização para negociar acordos de comércio livre com a Austrália e a Nova Zelândia, e dando início a negociações de comércio livre com as Filipinas e a Indonésia, assim que as condições estiverem reunidas. Este ambicioso programa de acordos bilaterais de comércio, que já abrange 27 parceiros de negociação, complementa o sistema multilateral da Organização Mundial do Comércio, que continua a estar no cerne da abordagem da UE.

Tal como é realçado na iniciativa europeia em análise, responder à crise dos refugiados e gerir a pressão migratória nas fronteiras externas é a prioridade mais urgente que a União enfrenta hoje: a guerra, a pobreza e a instabilidade na nossa vizinhança significam que esta questão deverá permanecer no topo da agenda política dos próximos anos, sempre em respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Acrescenta que a Agenda Europeia da Migração, apresentada em maio de 2015, prevê uma abordagem global para a gestão das migrações com base nos princípios da solidariedade e da responsabilidade. Ao mesmo tempo é assegurado que já estão operacionais dois sistemas de emergência para a recolocação noutros Estados-Membros da UE de 160 000 pessoas com necessidade de proteção internacional provenientes dos Estados-Membros mais afetados. Todos os dias, as operações conjuntas Poseidon (Portugal tem tido um papel importante através da sua Força Aérea e Marinha) e Triton da Agência Frontex efetuam o salvamento de náufragos no Mediterrâneo.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Numa estratégia mais abrangente de combate ao fenómeno migratório, a UE já mobilizou 4 mil milhões de EUR em ajuda humanitária, ajuda ao desenvolvimento, assistência económica e à estabilização a favor dos sírios no seu país e nas comunidades de acolhimento no Líbano, Jordânia, Iraque, Turquia e Egito. Um montante adicional de 1,8 mil milhões de EUR será utilizado para criar um «Fundo fiduciário de emergência da União Europeia para promover a estabilidade e combater as causas profundas da migração irregular e do fenómeno das pessoas deslocadas em África». Garante a Comissão, na sua comunicação, que é essencial reforçar e aprofundar a cooperação com os países terceiros de origem e de trânsito para gerir melhor a migração, incluindo um esforço concertado para prestar apoio ao número crescente de refugiados e de pessoas deslocadas internamente em países terceiros.

No que diz respeito ao papel da União no Mundo, a Comissão considera que num mundo cada vez mais ligado, contestado e complexo, assume cada vez mais importância a coerência da ação externa da UE e a sua capacidade para utilizar todos os instrumentos disponíveis de forma integrada na prossecução dos seus objetivos e para complementar as suas políticas internas.

A Comissão afirma que irá continuar a estar activamente envolvida no apoio aos actores internacionais, nomeadamente a ONU e a OSCE e que irá rever e desenvolver os seus instrumentos para reforçar a segurança e o desenvolvimento dos países parceiros, e apresentaremos medidas destinadas a melhorar a governação e reforçar as capacidades no domínio da segurança.

A Comissão adianta que no seguimento da consulta pública em curso, deverá ser apresentado um novo quadro político pós-Cotonou para enquadrar as relações com os países e regiões de África, Caraíbas e Pacífico. Ao mesmo afirma que continuará, em 2016, a promover o desenvolvimento económico, o apoio social e a proteção do



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ambiente, defender os direitos humanos, lutar contra a corrupção e melhorar a gestão da migração, atacando simultaneamente as suas causas profundas.

No plano da política de adesões de novos membros, a Comissão pretende reforçar a parceria com a Turquia, através da aplicação do Plano de Ação sobre a Migração e a modernização da União Aduaneira. Ao mesmo tempo considera que a nova Política Europeia de Vizinhança constituirá um quadro mais orientado e adaptado para o apoio à estabilização e ao desenvolvimento democrático dos países da vizinhança oriental e meridional.

Finalmente, a Comissão irá apoiar a Alta Representante/Vice-Presidente no aprofundamento das relações bilaterais com os principais parceiros da UE. As abordagens estratégicas específicas devem ser regularmente atualizadas, tendo como primeiro exemplo a política da UE para a China. Na sequência das negociações nucleares com o Irão terem sido concluídas com êxito, deverá prever-se um novo quadro para as relações da UE com este país, sob reserva da aplicação integral do acordo.

Iniciativas relevantes

Analisados os anexos I a VI, juntos à Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – COM (2015) 610 final, verifica-se que no Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016 estão previstas as seguintes iniciativas legislativas e não legislativas que, tendo em consideração as competências da Comissão de Negócios Estrangeiros, são de assinalar e de acompanhar:

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Nº	Título	Tipo de iniciativa ¹	Descrição do âmbito e dos objectivos
Um novo impulso para o emprego, o crescimento e o investimento			
5	Próximas etapas para um futuro sustentável na Europa	Não legislativa	Esta iniciativa vai estabelecer uma nova abordagem para garantir o crescimento e a sustentabilidade económica, social e ambiental da Europa para além de 2020, tendo em conta a revisão da Estratégia Europa 2020 e a prossecução, a nível interno e externo, dos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas
Uma União da Energia resiliente, dotada de uma política visionária em matéria de alterações climáticas			
7	Pacote «União da Energia»	Legislativa/não legislativa	No seguimento da Estratégia-Quadro, este pacote é composto por: propostas legislativas relativas à configuração do mercado da eletricidade e ao quadro regulamentar, incluindo a revisão da Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia (ACER) e do regulamento relativo à segurança do fornecimento de eletricidade; a revisão do regulamento relativo à segurança do aprovisionamento de gás e da decisão sobre os acordos intergovernamentais; a Decisão «Partilha de Esforços» e a integração do setor «utilização dos solos, refetação dos solos e silvicultura» (LULUCF) no quadro relativo ao clima para 2030; um pacote relativo às energias renováveis (REFIT), incluindo critérios de sustentabilidade para a biomassa, e um pacote relativo à eficiência energética, incluindo a eficiência energética dos edifícios (REFIT).

¹ O tipo de iniciativa pode mudar em função do resultado do processo de avaliação de impacto.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Comércio: um acordo de Comércio Livre razoável e equilibrado com os EUA			
16	Seguimento da Estratégia comercial e de investimento	Legislativa/Não legislativa	No contexto da Estratégia «Comércio para Todos» cujo objetivo é promover uma política comercial e de investimento mais eficaz e transparente com base em valores, a Comissão prosseguirá as negociações do TTIP com os EUA e os progressos no âmbito da OMC, prosseguindo a relação estratégica com a Ásia e assegurando que os APE são bem aplicados.
Rumo a uma nova política migratória			
18	Melhoria da gestão da migração	Legislativa/Não legislativa	A iniciativa tem duas dimensões: 1) Migração legal: uma comunicação e novas medidas legislativas, incluindo o alargamento da abordagem «Cartão Azul»; 2) Asilo e refugiados: proposta de um sistema estruturado de reinstalação de refugiados e revisão do sistema de Dublin em matéria de asilo.
19	Pacote relativo à gestão das fronteiras	Legislativa/Não legislativa	O objetivo consiste em avançar no sentido de criação de uma guarda costeira e de fronteiras, tendo por base o reforço da Frontex.
Uma Europa mais forte na cena mundial			
20	Quadro pos-Cotonou	Não legislativa	Novo quadro político para as relações com os países e regiões ACP.
21	Reforço das capacidades no sector da segurança	Legislativa/Não legislativa	O pacote abrange a reforma do setor da segurança e um eventual novo instrumento específico de reforço das capacidades em prol da segurança e desenvolvimento de países terceiros.
22	Contribuição da Comissão para a Estratégia Global	Não Legislativa	A Comissão contribuirá ativamente para a estratégia global da política externa e de segurança sob a responsabilidade da Alta Representante/Vice-Presidente, com vista a uma melhor orientação da ação externa da UE.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

PARTE III – OPINIÃO DO DEPUTADO RELATOR

O deputado relator exime-se de expressar a sua opinião sobre o tema em apreço.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

PARTE IV – CONCLUSÕES

Em face do exposto, a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas conclui o seguinte:

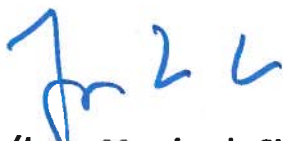
1. Da análise do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016, a Comissão sugere a seleção das seguintes iniciativas para escrutínio reforçado:

- 1.ª - Próximas Etapas para um Futuro sustentável na Europa (5);
- 2.ª Pacote “União da Energia”(7);
- 3.ª - Seguimento da estratégia comercial e de investimento (16);
- 4.ª – Melhoria da Gestão da migração (18);
- 5.ª – Pacote relativo à gestão de fronteiras (19);
- 6.ª – Quadro Pós-Cotonou (20);
- 7.ª – Reforço das Capacidades no sector da Segurança (21);
- 8.ª Contribuição da Comissão para a estratégia global (22).

2. A Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas dá por concluído o escrutínio da presente iniciativa, devendo o presente relatório, nos termos da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, ser remetido à Comissão de Assuntos Europeus para os devidos efeitos.

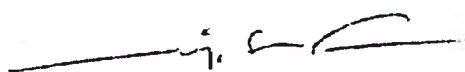
Palácio de S. Bento, 12 de Janeiro de 2016

O Deputado Relator



(Jorge Moreira da Silva)

O Presidente da Comissão



(Sérgio Sousa Pinto)

